

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS  
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA – TURMA IX**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA:  
E SEUS DESAFIOS NO ENSINO SUPERIOR**

**LAYANNE RODRIGUES PEREIRA  
NORMA GOMES DA SILVA**

**ANÁPOLIS  
2013**

**LAYANNE RODRIGUES PEREIR  
NORMA GOMES DA SILVA**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA:  
E SEUS DESAFIOS NO ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis como requisito parcial à aprovação no curso de Especialização em Docência Universitária sob orientação da Prof<sup>a</sup> Ms. Joicy Mara Rezende Rolindo.

ANÁPOLIS  
2013

**LAYANNE RODRIGUES PEREIRA  
NORMA GOMES DA SILVA**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA:  
E SEUS DESAFIOS NO ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis como requisito parcial à aprovação no curso de Especialização em Docência Universitária.

**BANCA EXAMINADORA**

.....  
Prof<sup>a</sup> Ms. Joicy Mara Rezende Rolindo - FCA  
Orientadora

.....  
Prof. Ms. Leonardo Rodrigues de Souza  
Convidado

.....  
Prof<sup>a</sup> Esp. Aracely Loures Rangel  
Convidada

Nota:

Anápolis, 30 de novembro de 2013.

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: E SEUS DESAFIOS NO ENSINO SUPERIOR

<sup>1</sup>Layanne Rodrigues Pereira

<sup>2</sup>Norma Gomes da Silva

**RESUMO:** Este artigo visa apresentar uma nova reflexão sobre os desafios que a inclusão social enfrentou no Ensino Superior. Tratou-se de uma pesquisa básica que trabalhou o método hipotético-dedutivo, exploratória de natureza qualitativa por meio de revisão bibliográfica da temática. Teve como objetivo o levantamento do histórico da Educação Inclusiva no Brasil e em Goiás. Foi feita uma análise teórica sobre o desenvolvimento conceitual da inclusão, que identificou assim os desafios da inclusão no ensino superior. O artigo apontou concepções e desafios na rede de Educação do Ensino Superior. Por último foi apresentado às considerações finais, resumindo os principais resultados e sugerindo possíveis e desejáveis desdobramentos futuros. Os resultados permitem concluir que a inclusão e a educação devem sempre andar lado a lado, sempre em conjunto tendo o apoio do poder público visando por meio do Estado, que os direitos dos portadores de necessidades especiais sejam garantidos por Lei.

**Palavras-Chave:** Concepções de inclusão. Educação. Ensino superior.

### INTRODUÇÃO

Os princípios da inclusão educacional consistem no reconhecimento da necessidade de caminhar rumo às universidades para todos. Trata-se também do deficiente, pessoa deficiente ou pessoa com deficiência.

A educação inclusiva no ensino superior é um assunto polêmico com vários desafios a serem superados.

A pesquisa proposta objetiva discutir a inclusão do portador de necessidades especiais nas universidades em geral, visto que é necessário entender que esse processo favorece o desenvolvimento do aluno em questão, e também dos demais

---

<sup>1</sup> Layanne Rodrigues Pereira, Graduada em Matemática, pós-graduanda em Docência Universitária da Faculdade Católica de Anápolis. Professora de Matemática da Instituição de Ensino do Colégio Santa Catarina em Petrolina de Goiás. E-mail: layannerp.preta@hotmail.com

<sup>2</sup> Norma Gomes da Silva, Graduada em Pedagogia, pós-graduanda em Docência Universitária da Faculdade Católica de Anápolis. Professora de Apoio da Instituição de Ensino do Colégio Santa Catarina em Petrolina de Goiás. E-mail: vitorcoelho09@hotmail.com

alunos do meio universitário, que aprendem a conviver com as diferenças, e conseqüentemente, torne-se adultos mais justos, e capazes de conviver com a diversidade.

Também busca-se descrever o processo de acesso do excepcional à universidade, uma vez que as oportunidades educacionais têm sido constantemente songadas em virtude do descaso que se instalou socialmente. A partir dos objetivos propostos, busca-se conhecer como a direção das universidades, os professores e pais podem desempenhar um importante papel no sentido de combater as barreiras que o preconceito e a discriminação promovem em relação à presença do excepcional nas universidades.

Os objetivos visam orientar quais os desafios encontrados no ensino superior, facilitando assim uma vasta compreensão dos educandos e dos educadores para a inserção dentro das instituições de ensino. Deve-se levar em consideração que o estudo proposto a partir dos objetivos definidos pode ser favorável a construção de um novo olhar à questão da inclusão do excepcional nas universidades, resultando em momentos destinados ao rompimento das situações preconceituosas e discriminatórias que se revelam por décadas nas escolas em relação à presença dos educandos com necessidades especiais.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa básica que trabalhará o método hipotético-dedutivo. Este método “testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p 110).

O objeto metodológico da pesquisa em questão é exploratório e de natureza qualitativa. A pesquisa exploratória procura levantar dados a respeito de um objeto específico, delimitando os elementos e suas condições de manifestação (SEVERINO, 2007, p.123).

Por meio da revisão bibliográfica da temática, será analisada a literatura nacional e internacional, utilizando livros, revistas, artigos, teses, dissertações, bancos de dados eletrônicos e outras fontes publicadas preferencialmente nos últimos 10 anos.

A organização deste artigo apresenta-se primeiramente: “Histórico da Inclusão”. Oferece uma breve revisão de conceitos sobre a inserção de alunos com necessidades especiais na rede educacional. Em seguida começa a evolução da inclusão no Estado de Goiás, relatando a preocupação com os alunos com

necessidades especiais por parte do Governo Federal. Logo após foi feita uma análise sobre os conceitos de inclusão a fim de buscar definições sobre a educação inclusiva.

## **1 HISTÓRICO DA INCLUSÃO**

A inclusão surge visando garantir que todos frequentem a sala de aula do ensino regular da escola comum, independentemente do tipo de deficiência, sendo grave ou não. No Brasil a evolução do atendimento institucionalizado, que visava apenas à assistência e à proteção às pessoas com deficiência, para um atendimento educacional só aconteceu no final da década de 1950 e início da década de 1960 (MAZZOTA, 1996).

Apesar do fato de que, no período imperial, terem sido organizadas oficialmente duas instituições escolares especializadas, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto Nacional dos surdos-mudos, logo denominado Instituto Benjamin Costant e Instituto Nacional da Educação dos Surdos. É uma visão mais completa de inserção do que a de normalização, pois também exige mudanças da escola e da sociedade. Tanto o aluno com necessidades especiais como a escola e a sociedade precisam se adaptar a essa nova concepção; respeitando a diversidade.

A construção escolar desse atendimento [...] assumia educar uma minoria de cegos e surdos, movido, provavelmente, por forças ligadas ao poder político, sensibilizadas com esse alunado por diversos motivos, inclusive vínculos familiares. (JANNUZZI, 2004, p.67)

A partir da década de 1970, as escolas comuns começam a aceitar alguns alunos portadores de necessidades especiais, na esperança de que esses alunos conseguissem adaptar-se aos métodos de ensino regular. Somente no final da década de 1980, o modelo educacional destinado às pessoas especiais começa a ser questionado e inicia-se uma discussão de um novo paradigma para a inclusão escolar. No final da década de 1980, após a nova Constituição Federal de 1988, é que se podem constatar os primeiros e verdadeiros movimentos em direção à educação inclusiva no Brasil. A partir de então, começa a existir uma educação para

todos e é dado início ao processo desafiador do professor que deve desenvolver atividades que respeitem a diversidade.

Para que a inclusão abrangesse todo o Brasil, foram realizadas várias conferências e criadas várias leis de amparo à inclusão. Dentre elas estão: Lei nº 7.853/89 – CORDE – Apoio às pessoas portadoras de deficiência; Lei Nº 8.859/94 – Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio; Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – Educação Especial; Constituição Federal de 1988 – Educação Especial; Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN. Nos anos 1980 e 1990 aconteceram diversos tratados mundiais para defender a inclusão. A educação inclusiva veio para mostrar que não se deve deixar nenhuma pessoa excluída, assim os deficientes foram conquistando seu espaço na sociedade, indo ao encontro dos seus direitos como cidadãos, sem deixar de lado o âmbito escolar.

Nos anos 1990, houve a Conferência Mundial sobre a educação para todos na Tailândia, que visava a oferecer a todos o acesso, a promoção da igualdade, a ampliação dos meios, dos conteúdos e do ambiente da Educação Básica. Nesse mesmo ano, foi aprovado no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em 1994 foi assinada a Declaração de Salamanca, documento em que delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em Assembléia de Salamanca, Espanha entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmando compromisso com a educação para todos em que visa informar sobre princípios políticos e práticas em Educação Especial, esse é um documento muito importante que garante os direitos educacionais sem discriminação. No ano de 1996, a LBD, Lei nº9394, ajusta-se à Legislação Federal, apontando que tem como alternativa preferencial a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, devendo fazer parte da historia da Educação Especial, fazendo uma reflexão sendo importante construir um aprendizado competente, no qual o professor aprenda e enriqueça seus conhecimentos, transformando sua educação e abrindo a escola para novos desafios. Segundo Montoan,

A inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A

educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que tem comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até mesmo na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já a inclusão é estar com, é interagir com o outro. (MONTAAN, 2005, p.24)

A inclusão educacional da criança portadora de deficiência dá a ela o direito à justiça, à integração e à igualdade.

### 1.1 EVOLUÇÃO DA INCLUSÃO NO ESTADO DE GOIÁS

No Estado de Goiás, a preocupação referente aos deficientes antecedeu às normatizações do Governo Federal. Em 1953, por meio da Lei nº 926, foi criado o Instituto Pestalozzi de Goiânia, mas só inaugurado em 1955, para atender os alunos com deficiência. Esta foi a única instituição pública que oferecia serviços às pessoas com deficiência até meados da década de 1970.

Em 1973, foi criada em Goiás a base para o surgimento de um órgão responsável pela educação das pessoas com deficiência, chamado de Seção de Ensino Especial. Com o surgimento desse órgão criaram classes especiais no ensino regular, visando à possibilidade de integração das pessoas com deficiência. Com essa modalidade de atendimento, os alunos com deficiência deveriam se adaptar às escolas de ensino regular, levando em consideração que o fracasso era apenas do aluno, pois as escolas não tinham nenhum preparo para receber esse tipo de aluno.

Esta estrutura do Ensino Especial permaneceu até 1982, quando foi criada, por meio da portaria nº 1674, a Unidade de Ensino Especial (UEE), que era vinculada à Secretaria Estadual de Educação (SEE). A partir daí, abrangeu vários municípios, com o aumento de várias turmas, iniciando a problematização no atendimento precoce da pré-escola ao ensino superior, bem como a profissionalização de alunos em todas as áreas de deficiências. Em seguida dando início ao atendimento da pessoa superdotada. Tudo isso com a intenção de se adotar um modelo educacional em detrimento do modelo <sup>3</sup>clínico<sup>†</sup> de até então.

---

<sup>3</sup> Sob o enfoque do modelo clínico, a deficiência era entendida como doença e o atendimento destinado as pessoas com deficiências, mesmo na área educacional, era realizado pelo viés

No ano de 1987, a Unidade de Ensino Especial foi extinta e por meio da Lei nº 10.160 de 09 de abril, foi criada a Superintendência de Ensino Especial, em todo o Estado, com competência para elaborar, planejar, coordenar, supervisionar, assessorar e executar os programas de Educação Especial em todos os níveis de ensino. A partir daí a Superintendência expandiu seu atendimento com a abertura de novas escolas especiais, salas de recursos e de apoio.

A partir de 1999, muda a sigla da Superintendência e passa a ser Superintendência do Ensino especial (SUEE). Nesse mesmo ano, inicia-se a capacitação dos profissionais da rede estadual em educação para a diversidade. Com base nas referências legais, a SUEE propôs a reformulação da Política de Educação Especial em Goiás, ao adotar a filosofia da educação inclusiva, voltada não só para os alunos da educação especial, buscando contribuir de maneira significativa para a melhoria da qualidade de ensino no Estado (SEE/ SUEE, 1999).

Nesta mesma direção, a Coordenação de Ensino Especial, por meio do Programa Estadual de Educação para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva, busca assegurar, desde 1999, uma prática que resulte em uma realidade concreta de valorização às diferenças, promovendo o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar de todos indistintamente, com vistas à minimização das desigualdades sociais, conforme explica Carvalho,

A visão dos sistemas educacionais inclusivos deve envolver princípios e valores com tolerância, respeito, paz e cooperação, levando em conta ainda os seguintes preceitos: o direito a educação; o direito a igualdade de oportunidade (o que não significa um modo igual de educar e sim dar a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais; escolas responsivas e de boa qualidade; o direito de aprendizagem; e o direito à participação. (CARVALHO, 2004, p. 79).

Nesse sentido, a ação educativa na perspectiva da inclusão não depende exclusivamente daqueles que planejam, mas de todos os profissionais envolvidos com o ato de educar.

## **2 CONCEPÇÕES DE INCLUSÃO**

---

terapêutico. O trabalho enfatizava prioritariamente terapias na área da fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, etc, em detrimento da ênfase nas atividades acadêmicas (MAKHOU, 2007).

Inclusão é um termo usado para integrar crianças, jovens e adultos no ensino regular de ensino, desta forma esta veiculado com a educação especial, contudo, mesmo com muitas controvérsias quanto ao seu significado, já existem alguns pressupostos consensuais que estão subjacentes à sua definição.

Alguns estudiosos relatam que a inclusão não é somente entre crianças, jovens e adultos com deficiências, mas sim a todos que sofrem algum tipo de exclusão educacional, seja na participação das atividades escolares, seja dentro da escola e das salas de aula e na sociedade, às vezes são suspensos por motivos não justos, quando não tem acesso à escolarização isso tudo também é uma forma de tentar incluir todos para que possam ter uma boa aprendizagem (CURY, 1998; BOURDIEU, 1998; HUTMACHER, 1995). No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente é a lei que ratifica a Convenção e estabelece que,

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais (Art. 5º p. 05).

Sabe-se que diversidade e diferenças constituem uma riqueza de recursos para a aprendizagem na sala de aula, na escola e na vida. Deve-se levar em questão que para uma criança, um jovem ou adulto com deficiência ter uma boa educação, é preciso que os professores tenham mais qualificação na área da inclusão para poder atender de forma adequada esses deficientes, buscando estratégias de ensino mais diversificadas e dinâmicas para os alunos deste século.

O Centro de Estudos sobre Educação Inclusiva define inclusão como<sup>4</sup>:

Uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades do ser humano como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor (CSEI n.d:p 1). A valorização individual é o principal pressuposto da educação inclusiva.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Educação Inclusiva é uma<sup>5</sup>:

---

<sup>4</sup> Disponível em: <[www.inclusion.uwe.ac.uk](http://www.inclusion.uwe.ac.uk)> Acesso em: 20 ago. 2013

Crença de que o direito à educação é um direito humano e o fundamento de uma sociedade mais justa; realiza este direito, por meio do movimento da Educação para Todos” a UNESCO trabalha no sentido de tornar a Educação Básica de qualidade acessível; afirma que a inclusão é um avanço para o movimento da Educação para todos com a finalidade de encontrar formas de tornar as escolas capazes de servir a *todas* as crianças nas suas comunidades, como parte de um sistema educacional inclusivo; por fim a inclusão diz respeito a *todos* os aprendizes, com um foco naqueles que, tradicionalmente, têm sido excluídos das oportunidades educacionais.

Outra definição relevante para conceito de inclusão é o Index para a Inclusão (CSEI 2000)<sup>6</sup>, que estabelece:

Inclusão ou educação inclusiva não é um outro nome para a educação dos alunos com necessidades especiais. Inclusão envolve uma abordagem diferente para identificar e resolver dificuldades que *emergem na escola*. A inclusão educacional implica em um processo que aumente a participação de estudantes nas atividades e vida escolar e reduza sua exclusão da cultura, do currículo e das comunidades das escolas locais.

A partir dessas concepções, fica claro que incluir é o meio de fazer parte da comunidade da escola, ser reconhecido como um membro da comunidade escolar, ter as mesmas oportunidades que os outros têm e ser tratado como igual. Conforme Rego (1995), a escola deve ser um espaço para as transformações, as diferenças, o erro, as contradições, a colaboração mútua e a criatividade. A inclusão na escola seria, então, o processo pelo qual a própria escola adapta-se, transforma-se para poder inserir em suas classes regulares crianças e jovens portadores de deficiência que estão em busca de seu pleno desenvolvimento e exercício da cidadania.

### 3 PRINCÍPIOS DA INCLUSÃO EDUCACIONAL

O princípio da inclusão consiste no reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo às universidades para todos – um lugar que inclua os alunos independentes das diferenças e lhes dê apoio à aprendizagem e responda às necessidades individuais.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <[www.unesco.org/education/educprog/sne](http://www.unesco.org/education/educprog/sne)> Acesso em: 21 ago. 2013

<sup>6</sup> Disponível em: <[www.inclusion.uwe.ac.uk](http://www.inclusion.uwe.ac.uk)> Acesso em: 22 ago. 2013

Ao se deparar com a extensão da problemática dos estudos sobre a deficiência, não se pode esquecer que qualquer pessoa esta sujeita a uma deficiência. Nos dias atuais vêm sendo uma luta a inserção de pessoa com deficiência em ambientes escolares ou em qualquer lugar que estas devem ter seu lugar e espaço garantido por lei.

A aproximação dos estudos sobre deficiência de outros saberes já consolidados, como os estudos culturais e feministas, desafiou a hegemonia biomédica do campo. Um dos primeiros resultados desse encontro teórico foi um extenso debate sobre como descrever a deficiência em termos políticos, se é que precisaria ser debatido e não mais estritamente com diagnósticos. Para os dados sobre os estudos da deficiência, a linguagem referente ao tema se agrega de violência e de eufemismos discriminatórios: "aleijado", "manco", "retardado", "pessoa portadora de necessidades especiais e "pessoa especial", entre tantas outras expressões ainda vigentes em nosso léxico ativo (DINIZ, 2007).

Um dos poucos consensos no campo foi o abandono das velhas categorias e a emergência das categorias de "pessoa deficiente" para "pessoa com deficiência" e "deficiente". Há sutilezas no debate sobre cada uma dessas expressões. Os primeiros teóricos optaram por "pessoa deficiente" e "deficiente" para demonstrar que a deficiência era uma característica individual na interação social. "Pessoa com deficiência" foi uma escolha que seguiu uma linha argumentativa semelhante e é a expressão mais comum no debate estadunidense (DINIZ, 2007).

O movimento crítico mais recente, no entanto, optou por "deficiente" como uma forma de devolver os estudos sobre deficiência ao campo dos estudos culturais e de identidade. Assim como os estudos sobre raça não mais adotam o conceito de "pessoa de cor", mas "negro" ou "indígena", os estudos sobre deficiência assumiram a categoria "deficiente". E é como resultado da compreensão da deficiência como um mecanismo de identidade contrastiva que surgiu o conceito de "pessoa não deficiente" ou "não-deficiente" (DINIZ, 2007).

Paul Hunt (1960), um sociólogo deficiente físico, foi um dos precursores do modelo social da deficiência no Reino Unido nos anos 1960. Os primeiros escritos de Hunt procuravam compreender o fenômeno sociológico da deficiência partindo do conceito de estigma proposto por Erving Goffman. Para Goffman (1966), os corpos são espaços demarcados por sinais que antecipam papéis a serem exercidos pelos

indivíduos. Um conjunto de valores simbólicos estaria associado aos sinais corporais, sendo a deficiência um dos atributos que mais fascinaram os teóricos do estigma. De todas as obras de Hunt, o escrito de maior impacto foi a carta que ele remeteu ao jornal inglês *The Guardian*, em 20 de setembro de 1972. Nela se lia:

Senhor Editor, as pessoas com lesões físicas severas encontram-se isoladas em instituições sem as menores condições, onde suas ideias são ignoradas, onde estão sujeitas ao autoritarismo e, comumente, a cruéis regimes. Proponho a formação de um grupo de pessoas que leve ao Parlamento as ideias das pessoas que, hoje, vivem nessas instituições e das que potencialmente irão substituí-las. Atenciosamente, Paul Hunt.

Hunt não imaginou que sua carta provocaria tantas reações. Várias pessoas responderam à sua proposta de formação de um grupo de deficientes, e quatro anos depois estava constituída a primeira organização política desse tipo: a Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação (Upias), que foi a primeira organização política sobre deficiência a ser formada e gerenciada por deficientes.

Deve-se compreender que a temática proposta para o estudo oferece amplas oportunidades de desenvolver reflexões no sentido de entender o quadro diferenciado que os excepcionais enfrentam em todas as escolas seja privada ou pública, nas quais obstáculos estão presentes desde os olhares discriminatórios de alunos, pais e demais participantes do ambiente universitários, até a qualificação do professor que certamente influenciará no processo de aquisição do saber dos alunos excepcionais, e também dos demais alunos de toda a turma (DINIZ, 2007).

A Constituição Federal de 1988 elegeu como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inc. IV). Garante ainda expressamente o direito à igualdade (art. 5º), e trata, nos artigos 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Apenas estes dispositivos legais bastariam para que ninguém negasse a qualquer pessoa com deficiência o acesso à mesma sala de aula de crianças ou adolescentes sem deficiência. No entanto, o argumento que vem logo em seguida é sobre a impossibilidade prática de tal situação, que é dificultada por inúmeros fatores entre eles, o preconceito.

Um fator curioso dentro da inclusão e deficiência é que as pessoas têm um olhar maldoso para pessoas com necessidades especiais, um caso que chamou atenção às discriminações sofridas por Oliver, por exemplo, deveriam ser buscadas não nas sequelas da poliomielite contraída na infância, mas nas barreiras sociais que dificultavam ou impediam sua locomoção em cadeira de rodas, não deveria ser entendida como uma tragédia pessoal fruto da loteria da natureza, mas como um ato de discriminação permanente contra um grupo de pessoas com expressões corporais diversas. Nesse sentido, um deficiente como Oliver diria: "minha lesão não está em não poder andar. Minha deficiência está na inacessibilidade dos ônibus". Assim, as alternativas para romper com o ciclo de segregação e opressão não deveriam ser buscadas nos recursos biomédicos, mas especialmente na ação política capaz de denunciar a ideologia que oprimia os deficientes.

Ao afirmar que a resposta para a segregação e para a opressão estava na política e na sociologia, os teóricos do modelo social não recusavam os benefícios dos avanços biomédicos para o tratamento do corpo com lesões. A ideia era simplesmente ir além da medicalização da lesão e atingir as políticas públicas para a deficiência. O resultado foi a separação radical entre lesão e deficiência: a primeira seria o objeto das ações biomédicas no corpo, ao passo que a segunda seria entendida como uma questão da ordem dos direitos, da justiça social e das políticas de bem-estar.

#### **4 DEFICIENTE, PESSOA DEFICIENTE OU PESSOA COM DEFICIÊNCIA?**

Deficiência passou a ser um conceito político: a expressão da desvantagem social sofrida pelas pessoas com diferentes lesões. E, nesse movimento de redefinição da deficiência, termos como "pessoa portadora de deficiência", "pessoa com deficiência", "pessoa com necessidades especiais", e outros agressivos, como "aleijado", "débil-mental", "retardado", "mongolóide", "manco" e "coxo" foram colocados na mesa de discussões. Exceto pelo abandono das expressões mais claramente insultantes, ainda hoje não há consenso sobre quais os melhores termos descritivos.

Entre os seguidores da Upias e teóricos do modelo social da deficiência, em especial na linha britânica, é possível reconhecer a preferência por expressões que denotem a identidade na deficiência, e por isso é mais comum o uso do termo

"deficiente". Segundo Oliver e Barnes (1998), a expressão pessoa com deficiência sugere que a deficiência é propriedade do indivíduo e não da sociedade", ao passo que "pessoa deficiente" ou "deficiente" demonstram que a deficiência é parte constitutiva da identidade das pessoas, e não um detalhe." Oliver (1990) critica duramente a expressão composta "pessoa com deficiência", adotada pela tradição estadunidense, pois considera que essa visão liberal e humanista vai de encontro a realidade tal como ela é experimentada pelos deficientes, que sustentam ser a deficiência parte essencial da constituição de suas identidades e não meramente um apêndice.

"Deficiente" seria, portanto, um termo politicamente mais forte que "pessoa com deficiência", muito embora alguns autores utilizem ambos de modo indiscriminado. Vale lembrar que o objetivo não era transformar o vocabulário por questões estéticas, mas politizá-lo retirando expressões que não estivessem de acordo com a guinada teórica proposta pelo modelo social. Essa redescrição conceitual tinha um alvo: abalar a autoridade discursiva dos saberes biomédicos e promover a autoridade da experiência vivida pelo corpo deficiente no debate acadêmico. Foi assim que, mesmo diante das críticas que os acusavam de estruturar o modelo social em torno de uma única forma de deficiência, os primeiros teóricos acreditaram poder agregar as diferentes comunidades de deficientes em torno de um projeto político único (DINIZ, 2007).

Todos os deficientes experimentam a deficiência como uma restrição social, não importando se essas restrições ocorrem em consequência de ambientes inacessíveis, de noções questionáveis de inteligência e competência social, da inabilidade da população em geral de utilizar linguagem de sinais, da falta de material em braile ou das atitudes públicas hostis das pessoas que não têm lesões visíveis (DINIZ, 2007).

Pensar nas diversas maneiras de exclusão, especialmente quando se revela pelas deficiências que os sujeitos apresentam, levou as pesquisadoras a investigar o processo de acesso às escolas pelo portador de necessidades educativas especiais, visto que alguns fatores de ordem estrutural devem impedir um atendimento de qualidade oferecido a eles pelas escolas e pelas universidades, tais como: a ausência de profissionais qualificados para atendê-los, o preconceito, a discriminação, o desconhecimento de pais e professores das deficiências

apresentadas por esses indivíduos. Isso revela em grande parte as barreiras que se sucedem na construção de uma sociedade inclusiva, apesar de estar garantida na Lei Constitucional o acesso à escola aos portadores de necessidades educacionais especiais. Contudo, o usufruto desses direitos ainda é marcado pela resistência que se instalaram nas universidades e a ausência de recursos que favoreçam a obtenção de fato de um ensino de qualidade. Assim, a proposta inclusiva limita a possibilidade de elaboração dos direitos ao portador de necessidades educacionais especiais de exercer plenamente sua cidadania (DINIZ, 2007).

Diante da realidade nas universidades em geral é relevante pesquisar o tema no sentido de favorecer ao educador um quadro compreensivo da problemática que envolve a participação do portador de necessidades educacionais especiais na escola, visto que esses alunos possuem distúrbios que merecem ser acompanhados de perto por especialistas.

Sem pretender respostas conclusivas, sugerem-se estas medidas: elaborar propostas pedagógicas baseadas na interação com os alunos; reconhecer todos os tipos de capacidades e apresentá-las aos docentes; adotar metodologias diversas e motivadoras, valorizando as inteligências múltiplas, e facilitando a compreensão por parte dos docentes.

## **5 INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR**

A educação inclusiva é um assunto polêmico, principalmente no ensino superior, mesmo sendo um direito fundamental da pessoa, existem vários desafios a serem resolvidos. Ressaltam-se três principais desafios que abrangem três níveis de ação: o institucional, a formação de professores e o cotidiano escolar. No primeiro desafio, entra as instituições de ensino superior mediante da necessidade de assumir posições diante dos alunos aos cursos oferecidos. No caso das universidades, deve manter-se presente a autonomia que lhe é característica como instituição social frente às demandas sociais de inclusão (CHAUÍ, 2006).

O segundo desafio aponta para à formação dos professores, seja ele de nível fundamental ou superior, o foco maior abrange as licenciaturas, a educação básica e as específicas na formação dos docentes de nível superior, cabendo ressaltar os efeitos na educação básica elevando-se as licenciaturas e a aceitação

da própria condição durante todo processo escolar. A competência técnica não garante a condição de reconhecer e trabalhar com as diferenças em direção à emancipação, e não podemos perder de vista que todo conhecimento deve servir as finalidades humanas, (ADORNO, 1995).

O último desafio relata a competência do educador com a função em saber identificar, entender e fazer as diferenças em suas salas de aula. As necessidades de cada aluno fica restrita ao professor que deve articular a interação e o conhecimento com as necessidades especiais de cada um, abrangendo assim uma abordagem para educação em questão. É de suma importância que todos estejam envolvidos nesta ação (professores, alunos, coordenadores, diretores e secretários) e que todos participem para que haja uma construção continuada do aprender.

Evidentemente, essas fases não ocorreram ao mesmo tempo para todos os segmentos populacionais. Ainda hoje vemos:

A exclusão e a segregação sendo praticadas em relação a diversos grupos sociais vulneráveis, em vários pontos do Brasil, assim como em praticamente todos os outros países. Mas também vemos a prática da tradicional integração dando lugar, gradativamente, à inclusão (SASSAKI, 1997, p.16).

Inclusão é um termo que tem sido usado predominantemente como sinônimo para integração de alunos deficientes no ensino superior denotando, desta forma a perpetuação da vinculação deste conceito com a educação especial. Uma breve definição de deficiência é todo e qualquer comprometimento que afeta a integridade da pessoa e traz prejuízos na sua locomoção, na coordenação de movimento, na fala, na compreensão de informações, na orientação espacial ou na percepção e contato com as outras pessoas (AMARAL, 1995).

Consideram-se alunos com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ser restringida sua participação plena e efetiva na universidade e na sociedade. “Os alunos com necessidades especiais não requerem integração, requerem educação” (HEYARTY; POCKLINGTON, 1981, p. 23).

Nas Universidades existem diversas concepções que foram construídas historicamente, a fim de dar suporte às transformações sociais de cada momento e de cada cultura em que se inseriam. Com o passar dos anos o Brasil fez opção pela

construção de um sistema educacional inclusivo ao fazer o acordo com a Declaração Mundial de Educação para todos na conferência mundial da UNESCO, em 1990.

Com a finalidade de garantir a inclusão de alunos com necessidade educacionais especiais na educação superior, o Ministério da Educação vem destinando recursos financeiros às Instituições Federais de Ensino Superior (IFE's) para desenvolverem projetos que visem assegurar a inclusão desses estudantes nas universidades. Trata-se de uma parceria entre a Secretaria de Educação Especial e a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, por meio do Programa Incluir.

Esse programa tem como objetivo garantir o acesso, o ensino e a permanência dos estudantes com deficiências nas IFE's. Cada instituição poderá concorrer com um projeto de aquisição de material, reformas no espaço físico ou programas de acesso e permanência dos alunos com deficiência na universidade (REVISTA INCLUSÃO, 2005).

À medida que os níveis de escolarização se elevam, as discussões e as práticas educacionais voltadas à inclusão se tornam escassas e, quando ocorre, o tema da educação inclusiva volta-se para a questão da inclusão social das camadas mais pobres da população ou para as ações afirmativas, como as cotas para estudantes negros ou afro-descendentes (MOEHLECKE, 2004).

O ingresso de alunos deficientes nos cursos superiores muitas vezes não se dá de modo explícito, pois muitos alunos não conhecem sua própria deficiência, cabe aos professores tentar identificar essas necessidades, muitas vezes os próprios colegas conseguem detectar essas deficiências.

Os maiores desafios encontrados pelas IES é não terem profissionais qualificados para trabalhar com alunos que possuam necessidades educacionais, mesmo que seja direito de qualquer pessoa ingressar em uma instituição de ensino independente de sua necessidade especial. Para isso devem ser atendidos os requisitos de mérito e capacidade, que se dá mediante a implementação, por parte do Poder Público competente.

Deve-se estabelecer uma série de medidas quantitativas e qualitativas na educação para evitar a exclusão de minorias, dentre as quais as pessoas portadoras de deficiência.

“A igualdade de direitos, ou a igualdade civil, é uma igualdade de possibilidades[...]” (ARAGÃO, 2001, p.130). É neste contexto que se enquadram os portadores de deficiência que corresponde em média de 10% (dez por cento) da população do Estado brasileiro, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). A igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela a sociedade.

Dessa forma, as acessibilidades, a partir da adaptação arquitetônica das sedes das Instituições de Ensino Superior, da aquisição de equipamento especificam e a ampliação do número de professores especializados, são ferramentas necessárias para atingir o apoio especializado previsto em lei, para que a educação seja, de fato, inclusiva adequando-se o portador de deficiência ao ambiente social universitário.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se, portanto, que a educação inclusiva no ensino superior, é direito fundamental de alunos com necessidades especiais, a princípio que as normas constitucionais e a legislação seja clara e direta a fim de que as pessoas sintam os efeitos da inclusão e da exclusão social, tendo em vista a falta de capacitação do professor no ambiente social universitário e também pela falta de equipamentos específicos para propor a plena acessibilidade dessa minoria.

Nesse sentido é de fundamental importância:

A inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino educacional (MANTOAN,1997, p.120).

Os resultados permitem concluir que a inclusão social e a educação devem sempre andar em conjunto, proporcionando os direitos dos portadores de necessidades especiais que são garantidos por Lei. A inserção desses alunos em uma universidade é um grande desafio, pois não existem profissionais qualificados e a acessibilidade não é condizente com suas deficiências, mas os direitos e deveres desses alunos devem ser respeitados enquanto cidadãos e ter espaço para

expressar suas ideias, se o Estado por meio de ações afirmativas e políticas públicas devem proporcionar medidas que garantam a admissão desses direitos que são de fundamental importância à pessoa portadora de deficiência.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AMARAL, L. Conhecendo a deficiência. SP: Robe, 1995.

ARAGÃO, Selma Regina. **Direitos Humanos: Do mundo antigo ao Brasil de todos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

ATIQUE, Manuela e ZAHER, Hugo. **Educação Inclusiva no Ensino Superior: Políticas Públicas e acesso às pessoas portadoras de deficiência**. Disponível em <[http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/hugo\\_zaher.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/hugo_zaher.pdf)>. Acesso em 07 de jan. 2013.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 26 de junho de 2010.

BOURDIEU, Pierre. 1998. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp.

CHAUÍ, M. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/inicio.htm>>. Acesso em: 24 set. 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. 1998. Lei de diretrizes e bases e perspectivas da educação nacional. **Revista Brasileira de Educação**, ANPEd, n°8, maio/ago, pp.72–85.

**Desenvolvimento da linguagem humana**/(Obra) organizada pela Universidade Luterana do Brasil(ULBRA). – Curitiba: Ibpex, 2008. 208 p. il.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. Publicado em 2007 SérieAnis.

DURHAM, E.R. **A autonomia universitária – extensão e limites**. Disponível em. <<http://www.usp.br/iea/ensinosuperior/confdurham.html>>. Acesso em: 07 jan. 2013.

**Educação inclusiva**/(organizado pela) Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).- Curitiba: Editora Ibpex, 2009.

FRUG, Chrystianne Simões. **Educação motora em portadores de deficiência: formação da consciência corporal**. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

GOFFMAN , Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1966.

HEYARTY e POCKLINGTON, K. **Educar os alunos com necessidades especiais na escola comum**. Rio de Janeiro, 1981

HUTMACHER, Walo. 1995. A escola em todos os seus estados: das políticas de sistemas às estratégias de estabelecimento. In: NÓVOA, Antonio. (coord.) **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote/ Instituto de Inovação Educacional.

INCLUSÃO. **Revista da Educação Especial**: outubro de 2005.

JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

MAKHOUL, Carmem Susana. **Educação Física e inclusão em escolas estaduais de Goiás**. Dissertação 133 f. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação/universidade Federal de Goiás, 2007.

MAKHOUL, Carmem Suzana; CAMPOS, Eunice Magda de Souza; RIBEIRO, Glenda Mirian; RODRIGUES, Nadja Maria da Cunha. Programa **Estadual de Educação para diversidade numa perspectiva inclusiva: 10 anos**. Goiás Secretaria da Educação/Coordenação de Ensino Especial, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MOEHLECKE, S. **Fronteiras da igualdade no Ensino Superior**: Excelência e Justiça Racial. Tese de doutorado em educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MONTOAN, Maria Tereza Egler. **A Interação de pessoas com deficiência**. Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 2005.

OLIVER, Michael. **A Política de incapacidade**. London: MacMillan, 1990.

OLIVER, Michael; BARNES, Colin. **Deficientes físicos e Política Social**: da exclusão a inclusão: New York: Longman, 1998.

HUNT, Paul (Ed.). **Estigma**: a experiência da deficiência. Londres: Geoffrey Chapman, 1966.

PIMENTA, Selma Garrido. **Docência no ensino superior** – 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008. – (Coleção Docência em Formação)

REGO, Tereza Cristina. **Aprendizado e desenvolvimento, um processo histórico.** São Paulo, Scipione, 1995.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

#### **ABSTRACT:**

This article presents a new reflection on the challenges that faced social inclusion in higher education. It was a basic search which worked the hypothetical- deductive method, exploratory qualitative nature through literature review of the theme. A theoretical analysis on the conceptual development of inclusion, thus identified the challenges of inclusion in higher education aimed to survey the history of Inclusive Education in Brazil and Goiás was made. The article pointed out concepts and challenges in the network of Education in Higher Education. Finally was presented to closing remarks, summarizing the main findings and suggesting possible and desirable future developments. The results indicate that inclusion and education should always go hand in hand, always together with the support of the public authorities to the State through which the rights of people with special needs are guaranteed by law.

**Keywords:** Conceptions of inclusion. Education. Higher education.